

Implicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas práticas pedagógicas desse nível de ensino

Implications of the National High School Exam (ENEM) on Pedagogical practices of this level of education

Valdiceia Moreira Ribeiro
Secretaria do Estado de Educação-Seduc/MT
Cáceres/MT-Brasil
Heloisa Salles Gentil
Universidade do Estado do Mato Grosso-UNEMAT
Cáceres/MT-Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é evidenciar a influência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no desenvolvimento das práticas pedagógicas neste nível de ensino. Realizamos uma pesquisa exploratória com levantamento bibliográfico em livros e periódicos científicos, a fim de verificar o que se tem escrito a respeito dessa temática. Apresentamos discussões de como o ENEM tem influenciado o currículo no ensino médio e o desenvolvimento das práticas docentes nesta etapa da educação básica. Descrevemos programas implantados pelo governo federal que utilizam as notas do ENEM como um dos critérios para o acesso à educação superior, tais como: ProUni, Fies, SiSU e graduação em Portugal. Este estudo indica que o ENEM tem norteado o currículo no ensino médio, no qual os docentes desenvolvem práticas pedagógicas pautando-se nas competências e habilidades previstas na matriz de referência do exame.

Palavras-chave: ENEM; Ensino Médio; Práticas Pedagógicas.

Abstract

The objective of this article is to evidence the influence of the National High School Exam (ENEM) in the development of the pedagogical practice on this level of education. Exploratory research with a bibliographic survey in books and periodicals were made, aiming to verify what has been writing about this thematic. Discussions about how ENEM influenced the high school curriculums, the development of teaching practice is presente in this school stage. We described implanted programs developed by the federal government that use the ENEM scores as a superior school access criteria, such: ProUni, Fies, SiSU and, graduation in Portugal. This study indicates that ENEM has influenced the high school curriculum because students become involved in pedagogical practices thinking about the skills demanded in the exam.

Keywords: ENEM; High School; Pedagogical Practices.

Implicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas práticas pedagógicas desse nível de ensino

Introdução

Desde as últimas décadas do século XX, no contexto marcado pelo neoliberalismo, no qual se pretende um Estado denominado mínimo no que diz respeito à responsabilidade de agir em função da sociedade como um todo, mas que aumenta seu controle e fiscalização sobre os serviços públicos, tem se ampliado os mecanismos de avaliação pautados em princípios gerenciais de mercado. Nesse sentido, a educação não ficou de fora, pois o governo passou a implantar políticas de avaliação da educação básica e superior.

No que se refere ao ensino médio o Ministério da Educação (MEC) implantou no ano de 1998 o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Trata-se de um exame individual e voluntário que tem como objetivo avaliar concluintes e egressos da última etapa da educação básica. Entretanto, tornou-se o exame de acesso à educação superior, principalmente em IES públicas, inclusive sendo possível ingressar nesse nível de ensino em Portugal, em IES que utilizam a nota do ENEM em seus processos seletivos.

Além de possibilitar o acesso ao ensino superior público e privado, conforme o resultado obtido no ENEM é possível conseguir bolsa de estudos parcial ou integral em IES privadas, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). O exame possibilita ainda, o acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), no qual o governo federal concede financiamento para que os estudantes comecem a pagar somente após a conclusão do curso.

Esses foram alguns dos motivos que influenciaram o aumento no número de inscrições desse exame desde a sua implantação (SANTOS, 2011) e (BARROS, 2014). Na primeira edição tiveram 157.221 inscritos, já em 2002 foram 1.818.665, o que corresponde há um aumento de aproximadamente 1.056,75% no número de inscrições, em um período de quatro anos. Em 2006 foram 3.743.370 inscritos, já em 2014 atingiu o ápice de 8.722.290 inscrições, conforme dados do INEP (2020).

Há uma matriz de referência para o ENEM, estruturada em cinco eixos cognitivos, sendo eles: Dominar Linguagens, Compreender Fenômenos, Enfrentar Situações-Problemas, Construir Argumentação e Elaborar Propostas (BRASIL, 2009). Esses eixos são para as quatro áreas do conhecimento, sendo que cada uma possui competências e habilidades específicas e possui 30 habilidades.

No intuito de favorecer a aprovação dos estudantes, professores passaram a trabalhar as competências e habilidades exigidas no ENEM em sala de aula. E assim, o ENEM tem induzido o currículo na etapa conclusiva da educação básica; pesquisas indicam que os docentes têm desenvolvido práticas pedagógicas com a intencionalidade voltada para o referido exame, tais como a de Piunti (2015) em que a autora investigou qual a perspectiva de professores do ensino médio sobre as repercussões do ENEM na sua prática profissional docente. Assim como Peroba (2018) constatou que o ENEM tem influência no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os docentes tendem a modificar suas práticas pedagógicas com o intuito de atender às exigências da avaliação externa. Há controvérsias sobre a situação criada, alguns autores tecem críticas a respeito dessas práticas, pois afirmam que se ensina somente para que os educandos tenham boas notas ao realizar o ENEM. Todavia, também há autores que são favoráveis a que os professores desenvolvam práticas pautadas na matriz do ENEM, tais como: March e Vlach (2011); Hollas e Bernardi (2020) a fim de contribuir para que os estudantes tenham êxito ao realizar o exame e possam ingressar na educação superior.

Nesse contexto, temos como objetivo evidenciar a influência do ENEM no desenvolvimento das práticas pedagógicas no ensino médio e, para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica a respeito desta temática.

Procedimentos Metodológicos

Realizamos uma pesquisa exploratória com levantamento bibliográfico em livros e periódicos científicos, a fim de verificar o que os autores já escreveram a respeito dessa temática. A pesquisa exploratória tem por objetivo proporcionar familiaridade com o campo de estudo, de forma que as próximas etapas da pesquisa possam ser concebidas com maior compreensão. Para Gil (2002) a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos.

Apresentamos neste artigo, autores que desenvolveram pesquisas nas quatro áreas do conhecimento, sendo que cada estudo trata a respeito de uma área, sendo elas: Geografia (Ciências Humanas), Estatística (Matemática), Química (Ciências da Natureza) e Literatura (Linguagem). Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico de diversos

Implicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas práticas pedagógicas desse nível de ensino

trabalhos publicados no site do scielo.org. Utilizamos o descritor ENEM, e obtivemos 89 artigos com esse descritor. Na sequência, realizamos leitura dos resumos dos referidos artigos, e selecionamos para este trabalho, autores que discorrerem sobre a influência do ENEM nas práticas pedagógicas no ensino médio. Além disso, utilizamos outras fontes como livros e outros dois periódicos além dos encontrados no *Scielo*, importantes para fundamentar este artigo. E ainda, realizamos um levantamento dos trabalhos científicos no portal do banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ou seja, trata-se de dissertação de mestrado, Piunti (2015) e tese de doutorado, de Peroba (2018).

O ensino médio e as práticas docentes

Até meados do século XX, o acesso à escolarização no Brasil era para apenas uma pequena parte da população pertencente à classe dominante. Kuenzer (2000) destaca o dualismo existente na educação, afirmando existir dois ramos distintos para o ensino neste nível “de modo a formar trabalhadores instrumentais e intelectuais”. Entretanto, modificações começaram a ocorrer principalmente com a promulgação da Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, depois da qual houve um maior número de pessoas que passaram a ter acesso tanto à educação básica, quanto à superior. Foram anos de debates e enfrentamentos, com forte presença das associações de docentes e pesquisadores da educação, na formulação de proposições em função da democratização do acesso.

De acordo com a legislação educacional, o ensino médio é considerado a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tendo como uma das finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos (BRASIL, 1996). Nesse sentido, a LDB traz como um dos objetivos desta etapa da educação básica, o prosseguimento nos estudos, ou seja, que os estudantes possam cursar o nível superior. Para isso, é preciso superar o dualismo histórico existente entre os que são formados para o mercado de trabalho e os que progredirão em estudos posteriores, pois todos os jovens têm direito à educação, independente do que decidirão fazer no futuro.

Entendemos que um dos objetivos do ensino médio é que, no decorrer do processo, todos os estudantes tenham direito ao mesmo conhecimento, uma formação que possa

contribuir para que tenham um pensamento crítico e uma aprendizagem que proporcione a compreensão dos assuntos estudados, podendo utilizar o conhecimento construído em diversos contextos.

Nesse sentido, destacamos a importância das práticas docentes no ensino médio, pois, o professor, no desenvolvimento de suas práticas, pode contribuir para que os estudantes consigam progredir nos estudos e ingressem na educação superior. Assim, o docente deve interagir com os educandos criando situações que favoreçam a construção do conhecimento.

D' Ambrósio (2002, p. 80) afirma que “o papel do professor será o de gerenciar, de facilitar o processo de aprendizagem e, naturalmente, de interagir com o aluno na produção e crítica de novos conhecimentos”. O docente tem a função de conduzir os estudantes durante o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas para que estes consigam assimilar os assuntos abordados e possam desfrutar e utilizar esses conhecimentos produzidos em contextos sociais.

Conforme Couto et al.

Para desenvolver as práticas pedagógicas que levem o educando ao aprendizado, o educador necessita ter um olhar crítico referente à realidade social, especialmente desses estudantes e da escola. Cabe a ele a elaboração, proposição e efetivação de ações pedagógicas que conduzam ao conhecimento (COUTO et al., 2020, p. 1357).

Os autores pontuam que no desenrolar das práticas docentes é preciso que professor realmente conheça os educandos bem como o ambiente escolar. Visto que ao conhecer criticamente seu público poderá desenvolver articulações e realizar planejamentos que facilitarão a aprendizagem dos estudantes.

O professor do ensino médio, durante a realização de suas práticas pedagógicas, pode contribuir para que os estudantes dessa etapa da educação básica consigam ter acesso à educação superior, uma vez que ao mediar a construção do conhecimento, possibilita aos educandos uma formação integral.

Para conseguir êxito, o professor deve pautar-se em aulas contextualizadas, procurando provocar situações em que os estudantes possam usar a investigação para dar conta de resolver as atividades propostas, bem como utilizar a resolução de problemas que possuam situações de vivências do cotidiano dos educandos. Pois dessa forma facilita a compreensão e assimilação da temática abordada, tal como pontua Dante (2010)

Implicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas práticas pedagógicas desse nível de ensino

ressaltando que a resolução de problemas quando evidenciam situações do cotidiano, torna a aprendizagem mais significativa, o que facilita a compreensão dos assuntos abordados.

A prática pedagógica desenvolvida pelos docentes para possibilitar o acesso ao ensino superior deve ser oposta à educação bancária, pois a concepção bancária de educação considera o processo de aprendizagem como ato de depositar, de transmitir e transferir conhecimento, reproduzindo a cultura do silêncio e da passividade, esta impede o pensar autêntico, crítico e emancipador que o sujeito necessita para interpretar, por exemplo, as questões contextualizada do Enem (FREIRE, 2003).

O oposto da prática de educação bancária é uma educação problematizadora, no sentido em que há o conhecimento e valorização de saberes e valores, um ensino comprometido com o processo de humanização. Neste modelo de educação educandos e educadores são sujeitos no processo de ensino e aprendizagem numa relação de diálogo, em que não há mais o “educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador. Dessa maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (FREIRE, 2003, p. 68).

Neste sentido, a prática pedagógica necessita proporcionar aos sujeitos a capacidade de realizar leitura e interpretação das diversas concepções da esfera da vida, que no decorrer da vida consigam aprender, interpretar, analisar e refletir sobre os diversos contextos por eles enfrentados e propostos. Na concepção de Freire (2003), o conhecimento não pode ser depositado. É necessário promover com os educandos a produção, construção, desconstrução e reconstrução sobre os diversos temas como política, economia, ciência, possibilitando, assim, ao estudante utilizar seus conhecimentos em diversas práticas sociais.

Segundo Freire, para desenvolver uma aula dinâmica que aguça a atenção do estudante, o professor deve ter consciência que o ensino precisa estar centrado na curiosidade humana. Freire (2013, p. 84) afirma que “é ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer”. O autor também afirma que, ao exercitar a curiosidade, os alunos são convidados a desenvolver a imaginação, a intuição, a capacidade de comparar, de observar, de pesquisar na busca pelo entendimento do objeto de conhecimento.

O ENEM e o Acesso à Educação Superior

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), destinado a avaliar concluintes e egressos da última etapa da educação básica, conforme já foi dito, é um exame individual e voluntário. Inicialmente era composto por 63 questões de múltipla escolha e uma redação, realizado em um único dia. Entrelaçado a outras políticas educacionais, tornou-se, ao longo dos anos, o exame de acesso à educação superior, principalmente nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas. Desde a sua primeira edição duas universidades já utilizaram o resultado desse exame para ingresso na educação superior, sendo a Universidade Federal de Ouro Preto e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Santos (2011) afirma que houve uma mobilização para que as universidades pudessem incluir a nota do ENEM nos processos seletivos, inclusive o próprio Ministro da Educação empenhou-se em fazer com que as universidades, principalmente as públicas, utilizassem essas notas. Em dezembro de 1998 o MEC promoveu uma reunião para apresentar os dados do ENEM do referido ano, na qual o Ministro da Educação apresentou as possibilidades de utilização dos resultados do ENEM, como instrumento único ou complementar ao sistema de acesso à educação superior, com a presença dos pró-reitores de graduação de diversas IES (INEP/1999). Como resultado dessa reunião, 93 IES passaram a utilizar o ENEM no ano de 1999 como o exame de acesso à educação superior, números que aumentaram nos anos posteriores.

Em 2005, por meio da Lei nº 11.096, que instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni), o governo federal passou a conceder bolsas de estudos integrais ou parciais de 25% e 50% do valor da mensalidade em IES privadas conforme a nota do candidato no ENEM. Há requisitos para que o estudante consiga a bolsa: obter 450 pontos no ENEM; não zerar a nota da redação; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, para concorrer às bolsas integrais; ou renda familiar per capita de até três salários mínimos, para concorrer às bolsas parciais, de 50% e 25% (BRASIL, 2013).

Também é possível o estudante conseguir financiar os estudos em IES privadas, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), fundo de natureza contábil, vinculado ao

Implicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas práticas pedagógicas desse nível de ensino

Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos (BRASIL, 2017). Para ter acesso ao Fies é preciso que o estudante tenha realizado o ENEM e tenha obtido nota superior a 450 pontos e não tenha zerado na redação, assim como no ProUni.

Em 2009, por meio da Portaria nº 109, o ENEM passou por uma reformulação e de acordo com Machado (2012) das 55 Universidades Federais existentes no Brasil em 2009, 31 passaram a partir daquele ano a utilizar a nota do ENEM em seus processos seletivos. Então, o ENEM ganhou mais força como um exame de ingresso na educação superior, haja vista que algumas IES já o utilizavam, porém a maioria das Universidades federais aderiram após a sua reformulação em 2009.

Este extrapola o objetivo de avaliar as aprendizagens realizadas pelos concluintes do Ensino Médio no momento em que subsidia a engrenagem organizada nacionalmente para o ingresso no sistema federal de Educação Superior Público, substituindo, em muitos casos, a prática do vestibular como forma de seleção para o ingresso no Ensino Superior (WERLE, 2011, p. 776)

Outra mudança instituída foi que o ENEM passou a ser composto por quatro provas objetivas, com 45 questões cada, totalizando 180 questões e uma redação, e passou a ser realizado em dois dias. As provas são estruturadas por uma matriz de referência, bem como por competências e habilidades, por área de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Brasil, 2009).

Miranda, Ferreira e Dias (2019, p.378) descrevem que a “Matriz de Referência é um instrumento utilizado para orientar a elaboração de itens de avaliações em larga escala. Os itens, popularmente chamados de questões, avaliam o desenvolvimento de uma habilidade sobre uma determinada dimensão do conhecimento humano”.

Em 2010 foi criado o Sistema de Seleção Unificado (SiSU). O SiSU é uma plataforma digital desenvolvida pelo Ministério da Educação, na qual os estudantes podem se inscrever para as vagas nos cursos superiores disponíveis em qualquer uma das IES públicas brasileiras participantes do sistema. Quando as inscrições do SiSU estão abertas, é possível realizar a inscrição utilizando a nota do ENEM da última edição, sendo que o candidato pode se inscrever em até dois cursos. Para Borges, Lima e Malange

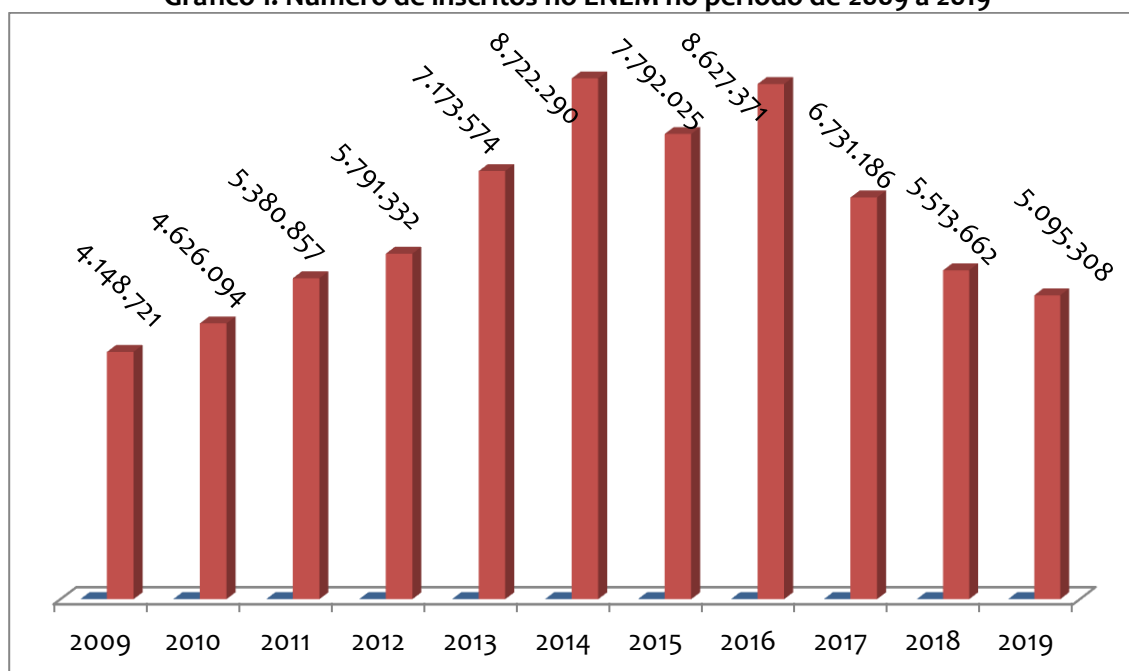
A adesão ao novo sistema de seleção pelas universidades (SiSU), traz expectativas diferentes ao cenário do ingresso à educação superior brasileira, na medida em que possibilita que o processo seletivo de diversas instituições públicas, de Norte ao Sul do Brasil, se realize de forma unificada. Assim, candidatos dos lugares mais longínquos da nação, passam a ter a oportunidade de concorrer para uma instituição do território nacional sem que, para isso, tenha que se deslocar para o processo seletivo no local desejado. (BORGES; LIMA; MALANGE, 2018, p. 413).

Assim, o candidato pode escolher a IES em que deseja cursar o nível superior apenas realizando a inscrição pela internet através do SiSU, sem precisar deslocar do seu estado para realizar o processo seletivo em uma IES de outro estado, por exemplo.

Desde 2014, para estudantes brasileiros também é possível ingressar em uma IES em Portugal, por meio de acordos interinstitucionais entre o INEP e as IES portuguesas. Segundo o INEP, já são 50 IES em Portugal que aceitam a nota do ENEM em seus processos seletivos, sendo que cada IES define as regras e os pesos das notas.

Essas são algumas das possibilidades de se ter acesso à educação superior por meio do ENEM. De acordo com Barros (2014) esses foram motivos que atraíram estudantes a realizarem o ENEM, pois passou a ser o exame de acesso à educação superior e/ou critério para obtenção de bolsas e financiamento de estudos em IES privadas. As inscrições para esse exame aumentaram significativamente ao longo dos anos, como podemos ver a seguir no gráfico 1, que apresenta o número de inscritos após a reformulação do ENEM em 2009, até 2019.

Gráfico 1: Número de inscritos no ENEM no período de 2009 a 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do INEP, 2020.

Implicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas práticas pedagógicas desse nível de ensino

Analisando o gráfico 1 notamos que desde 2009 o número de inscrições foi aumentando gradativamente, até atingir mais de 8,7 milhões em 2014. Em 2015 teve uma queda de 930.265 inscritos, ou seja, aproximadamente 10,66%. Voltou a crescer novamente em 2016, e a partir deste ano as inscrições foram reduzindo a cada ano. Segundo o INEP, alguns fatores contribuíram para essa queda, como por exemplo: diminuição na quantidade de egressos do ensino médio que estão realizando o exame; redução no número de matrículas no ensino médio; melhoria nas taxas de aprovação de anos anteriores; mudanças no processo de inscrição, incluindo justificativa para aqueles ausentes no ano anterior e que solicitam novamente a isenção de pagamento no ano seguinte (exigência a partir de 2018).

O ENEM como indutor nas práticas docentes no ensino médio

A pesquisa bibliográfica realizada, ainda que não tenha sido exaustiva, nos dá indícios de contradições que permeiam a atuação docente no ensino médio face à existência de uma matriz específica que subsidia a formulação do ENEM como exame de seleção para acesso à educação superior, para além das Diretrizes Curriculares Nacionais. Os trabalhos encontrados expressam concordâncias e discordâncias diante da pressão que ocorre sobre as práticas docentes e sua relação com o currículo do Ensino Médio.

De acordo com Souza (2003, p.183) “[...] é possível afirmar que o Enem apresenta-se com um potencial maior de condicionar os currículos escolares, ou seja, ensina-se para se obter bons resultados no exame”. Na visão da autora, o ENEM teria implicações diretas nas práticas pedagógicas no ensino médio, visto que o ensino seria voltado à obtenção de boas notas no referido exame. Da mesma forma, Silva e Melo (2018) asseveram que o ENEM se apresenta como um notável indutor de mudanças nos currículos escolares, pois passa-se a ensinar visando bons resultados no exame.

Luna e Marcuschi (2015) afirmam que as avaliações direcionam as práticas pedagógicas, pois de acordo com as autoras não é a prática docente quem orienta o que será avaliado, mas, é a avaliação quem estabelece o que fará parte do currículo. Na percepção das autoras, o ENEM tem influenciado o que é ensinado nas escolas, uma vez que se trata de uma avaliação em larga escala, e segundo as autoras, as avaliações induzem diretamente o currículo, ou seja, direcionam o que o docente irá trabalhar em sala de aula.

Santos (2011) discorre sobre a perspectiva que o MEC teve com relação ao ENEM enquanto orientador do currículo escolar, uma vez que, indiretamente, pressiona novas demandas de conhecimento, que são exigidas nessa avaliação nacional. Segundo o autor, o próprio MEC ensejou que o ENEM induzisse os currículos das escolas, conseqüentemente, as práticas pedagógicas.

Invertendo a lógica de planejamento escolar que vai dos objetivos à avaliação, passando pelos procedimentos e métodos, as competências e habilidades do ENEM passaram a fazer parte dos currículos escolares e assim muitos docentes da etapa conclusiva da educação básica têm desenvolvido práticas pedagógicas com a intencionalidade específica de contribuir para que os estudantes tenham êxito ao realizar esse exame e conseqüentemente consigam ingressar na educação superior.

Há autores que discorrem a favor da utilização das competências e habilidades do ENEM no desenvolvimento das práticas docentes. Marçal e Vlach (2011) em estudo realizado sobre a prática docente na Geografia defendem que as questões do ENEM devem ser trabalhadas pelos professores em sala de aula.

Assim, as questões do ENEM podem ser incluídas no cotidiano escolar durante o processo de construção do conhecimento como situações problema abertas, com vistas a despertar nos educandos uma aprendizagem por investigação, que pode constituir tema de estudos, tendo em vista que as mesmas apresentam elementos essenciais previstos pelo currículo: a contextualização e a interdisciplinaridade (MARÇAL; VLACH, 2011, p. 12).

Conforme evidenciado pelas autoras, entendemos que as competências e habilidades do ENEM têm sido trabalhadas pelos professores do ensino médio no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas. Marçal e Vlach (2011) asseveram que a produção do conhecimento deve se dar por situações problemas, despertando nos estudantes o gosto pela investigação. Assim, quando o professor realiza o seu trabalho incentivando os estudantes a resolverem problemas, procurando despertar neles o interesse pela investigação, poderá contribuir para que os educandos consigam ter êxito ao realizar o ENEM, visto que ao se depararem com determinadas questões durante a realização do exame, já teriam resolvido questões semelhantes, o que auxiliaria a compreender competências e habilidades necessárias para resolvê-las.

Hollas e Bernardi (2020, p. 130) em pesquisa realizada sobre a educação estatística crítica no ENEM, concordando com Marçal e Vlach (2011) reafirmam “a importância da prova

Implicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas práticas pedagógicas desse nível de ensino

como balizadora dos processos educativos no ensino médio, envolvendo os estudantes, professores e gestores, na busca de um bom resultado no exame”. As autoras também concordam que as questões do ENEM devem fazer parte das atividades realizadas em sala de aula, para que os estudantes sejam bem sucedidos ao realizar o exame, obtendo boas notas. Contudo, discorrem também sobre algumas fragilidades que o exame apresenta, tais como: carência de elementos críticos, reflexivos, problematizações e contextualizações com o cotidiano dos estudantes. Mesmo tecendo críticas a alguns pontos negativos do exame, Hollas e Bernardi (2020) são favoráveis a trabalhar as questões do ENEM em sala de aula. Elas apresentam uma possibilidade de prática pedagógica que perpassa pela resolução de problemas envolvendo situações da realidade, trazendo para o ambiente escolar e para o ensino da estatística elementos para lidar com técnicas matemáticas, diálogo, leitura de mundo e um ensino e aprendizagem pautados em investigação. Diante do exposto, Hollas e Bernardi (2020) não apenas criticam a forma como são elaboradas as questões de estatística, mas também apontam sugestões de como podem ser evidenciadas em exames posteriores.

Cintra, Marques Junior e Sousa (2016, p. 722) realizaram uma pesquisa envolvendo conceitos de Química nas edições do ENEM de 2009 a 2013 e evidenciaram que há “um distanciamento entre o que é sugerido pelo documento referência e o que é observado nos instrumentos avaliativos”. Porém, os autores apontaram que nas edições de 2012 e 2013 houve uma maior aproximação do construto previsto na matriz de referência. Nesse sentido, entendemos que logo após a sua reformulação o ENEM não conseguiu emplacar o que estava disposto na sua matriz de referência, no entanto, em 2012 já apresentou mudanças nas suas questões, pautando-se no que preconiza a referida matriz.

Luna e Marcuschi (2015) realizaram estudos abrangendo os objetivos educacionais presentes nas Habilidades e Competências das questões da prova ENEM/2013 relativas à Literatura, verificando que conhecimentos literários estão sendo avaliados e exigidos do educando no fim da educação básica. De acordo com esse estudo, as autoras afirmam que “desde sua concepção inicial, o ENEM procura propor questões reflexivas que solicitam a compreensão leitora e relacionam o conhecimento a problemas concretos e ao cotidiano do aluno” (2015, p. 202). Conforme pontuado por elas, durante a realização das práticas pedagógicas, ao trabalhar as questões do ENEM, o professor também trabalha com

situações de vivências dos estudantes, relacionando teoria a prática, estabelecendo conexão com o dia a dia dos educandos.

Nos estudos realizados por Miranda, Ferreira e Dias (2019), os autores constataram que as questões do ENEM são contextualizadas, priorizando a resolução de problemas, deixando para traz a memorização cobrada nos vestibulares. Nesse sentido, as questões do ENEM, conforme evidenciado pelos autores, pautaram-se em temas de uma situação real, do dia a dia dos estudantes, trazendo uma contextualização.

As implicações do ENEM nas práticas pedagógicas no ensino médio se intensificaram, principalmente, com a adesão da grande maioria das IES públicas à utilização das notas do ENEM. Essas, são consideradas como parte ou, integralmente, nos processos de seleção para ingresso na educação superior. Todavia, é importante ressaltar que esta não deve ser a única preocupação que o docente deve ter, pois conforme disposto no art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases Lei 9.394/96 “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996). Conforme disposto na LDB, a educação básica não só deve corroborar para estudos posteriores (educação superior) como também deve garantir uma formação aos educandos para o exercício da cidadania e meios para progredir no trabalho.

Quando o professor realiza o seu trabalho com intencionalidade, facilitando o processo de aprendizagem, interagindo com os estudantes na construção do conhecimento, seja trabalhando as competências e habilidades do ENEM, visando o acesso à educação superior, bem como para o progresso no trabalho e cidadania, esse docente corrobora para uma formação integral dos seus educandos.

Em síntese, as discussões giram em torno da ideia de realizar práticas docentes em função de preparar estudantes para uma avaliação que serve como passe para a educação superior, atender aos objetivos da formação (cidadania, trabalho e continuidade dos estudos) anunciados pela legislação ou conseguir conciliar as duas situações. Além disso, há autores como Cintra, Marques Junior e Sousa (2016) que criticam aspectos pontuais referentes à realização do exame (elaboração das provas do ENEM, não contemplando exatamente o que rege a matriz de referência, muitas vezes desvinculando de situações problemas e do cotidiano dos estudantes).

Implicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas práticas pedagógicas desse nível de ensino

Considerações Finais

O material bibliográfico estudado nos leva a afirmar que o ENEM tem norteado o currículo no ensino médio, no qual os docentes desenvolvem práticas pedagógicas pautando-se nas competências e habilidades previstas na matriz de referência do exame.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a realização de atividades que trabalhem as competências e habilidades exigidas no ENEM contribui para que os educandos tenham êxito ao realizar esse exame e, conseqüentemente, consigam ingressar na educação superior, seja por meio das políticas do governo federal como o SiSU, ProUni, Fies, ou ainda por outras formas de acesso, inclusive o tradicional vestibular.

Quando o professor trabalha em sala de aula com questões contextualizadas, visando a resolução de problemas, na qual exigirá dos estudantes habilidades de investigação, análise e compreensão, ele não apenas colabora para que os estudantes progridam nos estudos, mas, também contribui para que os conhecimentos produzidos nas aulas, possam ser usados pelos educandos em diversos contextos em que os estudantes se depararem no dia-a-dia. Ou seja, conforme a metodologia adotada para as aulas e as práticas pedagógicas, o professor poderia cumprir simultaneamente com os objetivos basilares do Ensino Médio e alcançar a matriz de referência do ENEM. Fica a questão: os professores do Ensino Médio compreendem desta maneira? Como estão lidando com isso? É tema para pesquisas posteriores.

Referências

BARROS, A. S. X. Vestibular e ENEM: um debate contemporâneo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 1057-1090, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n85/v22n85a09.pdf>> Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.096%2C%20DE%2013%20DE%20JANEIRO%20DE%202005.&text=Institui%20o%20Programa%20Universidade%20para,2004%2C%20e%20od%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs> Acesso em: 28 set. 2020.

_____. **Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009.** Estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009.

_____. **Lei nº 13.530, de 07 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm#art1> Acesso em 05 out. 2020

BORGES, L. F.; LIMA, E. G.S; MALANGE, F. C. V. Perfil dos ingressantes na Universidade do Estado de Mato Grosso: implicações do SISU no processo de democratização do acesso. In: SOUSA, José Vieira. BOTELHO, Arlete de Freitas. GRIBOSKI, Claudia Maffini (Orgs). **Acesso e permanência na expansão da educação superior.** Campinas-SP: Ed. UEG, 2018.

CINTRA, E. P.; MARQUES JUNIOR, A.C.; SOUSA, E. C. Correlação entre a matriz de referência e os itens envolvendo conceitos de Química presentes no ENEM de 2009 a 2013. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 22, n. 3, p. 707-725, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v22n3/1516-7313-ciedu-22-03-0707.pdf>> Acesso em 06 out. 2020.

COUTO, Geovana Salustiano, et al. Formação continuada e intervenções pedagógicas: ensino e aprendizagem na Escola Estadual Ivone Borkowski de Lima. **Revista Prática Docente.** v. 5, n. 2, p. 1355-1373, mai/ago 2020. Disponível em: <<http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/749/371>> Acesso em 08 out. 2020.

DANTE, Luiz Roberto. **Formulação e resolução de problemas matemáticos.** São Paulo: Ática, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

HOLLAS, J. BERNARDI, L. T. M. dos S. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e as competências para uma Educação Estatística Crítica. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.**, Rio de Janeiro, v.28, n.106, p. 110-134, jan./mar. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n106/1809-4465-ensaio-S0104-40362019002701489.pdf>> Acesso em: 06 out. 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Exame Nacional do Ensino Médio – **Enem : relatório final 1999** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília : O Instituto, 2000. 233 p. : il. tab.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio. Brasília: Inep, 2020.

KUENZER, Acácia (org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2000.

LUNA, Tatiana Simões.; MARCUSCHI, Beth. Letramentos Literários: o que se avalia no Exame Nacional do Ensino Médio? **Educação em Revista**|Belo Horizonte|v.31|n.03|p. 195-224 |Julho-

Implicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas práticas pedagógicas desse nível de ensino

Setembro 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v31n3/0102-4698-edur-135569.pdf>> Acesso em: 06 out. 2020.

MACHADO, P. H. A. **O ENEM no contexto das políticas para o ensino médio**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT. Cáceres-MT. 2012.

MARÇAL, M. P. V.; VLACH, V. R. F. O ENEM em sala de aula: um instrumento de análise sobre a prática docente e seus reflexos no ensino de geografia. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Año 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2888/2761>> Acesso 08 out. 2020.

MIRANDA, L. A.S.; FERREIRA, A. C. F.; DIAS, G. R. M. Análise de conteúdo das questões de Fisiologia Humana da Prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio (1998-2016). **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 25, n. 2, p. 375-393, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v25n2/1516-7313-ciedu-25-02-0375.pdf>> Acesso em: 07 out. 2020.

PEROBA, K. C. F. **O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e suas implicações no contexto escolar: o caso da Escola Estadual de Ensino Médio “Emir de Macedo Gomes” em Linhares-ES**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. UFES, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4996974> Acesso em: 10 out. 2020.

PIUNTI, Juliana Cristina Perlotti. **O Exame Nacional do Ensino Médio: uma política reconstruída por professores de uma escola pública paulista**. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos - FSCar, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3173498> Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, J. M. C. T. Exame Nacional do Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 40, p. 195-205, abr./jun. 2011. Editora UFPR Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n40/a13.pdf>> Acesso em: 07 out. 2020.

SILVA, R. C. D; MELO, S. D. G. ENEM: propulsão ao mercado educacional brasileiro no século XXI. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1385-1404, out./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n4/2175-6236-edreal-43-04-1385.pdf>> Acesso em: 07 out. 2020.

SOUSA, S. M. Z. L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, julho/ 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000200009&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2020.

WERLE, Flávia. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>> em: Acesso em: 10 out. 2020.

Sobre os autores

Valdiceia Moreira Ribeiro

Graduação em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat. Mestranda em Educação pela Universidade de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário “Jane Vanini”, em Cáceres-MT. É professora da Educação Básica do Estado de Mato Grosso (Seduc-MT) E-mail: valdiceiamax@gmail.com
Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0002-8610-1333>

Heloisa Salles Gentil

Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Campus Universitário “Jane Vanini”, em Cáceres-MT; Professora Sênior do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação (PPGEdu), da UNEMAT, na linha de pesquisa Formação de Professores, Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas.
E-mail: logentil2@gmail.com Orcid-ID: <http://orcid.org/0000-0001-8299-208X>

Recebido em: 04/11/2020

Aceito para publicação em: 03/03/2021